



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011
(Do Sr. Roberto Santiago)

Requer seja encaminhado, ao Presidente do Banco Central, solicitação de informações relativas à cobrança de tarifas indevidas pelos bancos Santander e Itaú.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que encaminhe, ao Presidente do Banco Central do Brasil, requerimento de informações relativo às providências tomadas em relação às cobranças indevidas feitas pelas instituições bancárias Santander e Itaú aos consumidores brasileiros no período de 2008 e 2010.

Os principais periódicos do Brasil têm dado destaque à notícia de que o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro recomendou a devolução aos consumidores, pelo Santander e Itaú, de, respectivamente, R\$ 265 milhões e R\$ 165 milhões, cobrados irregularmente na forma de tarifas relativas a repasse de encargos de operações de crédito (REOC), Comissão sobre Operações Ativas (COA) e multas por cheques devolvidos.

Diante do exposto, solicito sejam prestadas todas as informações julgadas pertinentes, relativas aos pontos apresentados, especificando o seguinte:

1. Qual mecanismo o Banco Central usa para fiscalizar as possíveis irregularidades e aplicar penalidades cabíveis, já que, segundo as reportagens, houve manifestação formal desse Banco pela existência de prática ilegal?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2. Por que foi permitido que as instituições bancárias alcançassem valores tão monumentais, mesmo contrariando as normas já expedidas por esse Banco?
3. Como o Banco Central pretende acompanhar e fiscalizar se as devoluções recomendadas pelo Ministério Público estão sendo feitas a contento e sem lesar ainda mais os consumidores?
4. Quais medidas estão sendo tomadas pelo órgão para coibir a prática de novas cobranças indevidas por parte dos bancos?
5. Outras informações julgadas relevantes sobre o tema.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado ROBERTO SANTIAGO
Presidente